

UM ESTUDO DA CULTURA MIDIÁTICA: VIOLÊNCIA, REPRESENTAÇÃO E PODER

Profa. Dra. Vânia Maria Lescano GUERRA¹ (UFMS)

Introdução

Neste trabalho, a análise de representações sociais de aspectos da violência, na mídia impressa, será feita à luz da Análise do Discurso (AD) de orientação francesa e dos Estudos Culturais, a partir da rede intrincada de poder, fundamentada principalmente nos estudos foucaultianos e pecheuxianos. Adotamos a posição de que a linguagem, cada vez mais, vem se firmando como importante componente da prática social moderna, em diferentes áreas. Relevante para esta pesquisa é a relação discurso e identidade social ao pensarmos esta como sendo formada ao longo do tempo, e por meio de processos inconscientes em andamento, e que estão em constante evolução (HALL, 2001). A questão da identidade social está relacionada ao caráter da mudança na modernidade e, em particular, à globalização que exerce forte impacto sobre nossa identidade cultural. Considerando que todo texto é construído a partir de outros textos, sempre marcados pela presença do Outro no Mesmo (BRANDÃO, 1991, p. 74), seja essa presença explícita, ou não, mobilizamos os conceitos de heterogeneidade **mostrada** e heterogeneidade **constitutiva**, propostos por Authier-Revuz (1990).

Com base nessas considerações, pretendemos analisar a heterogeneidade que engendra o texto jornalístico, especialmente da **Reportagem Especial** trazida pela **Revista Veja** nº.1, ano 40 de 10 de janeiro de 2007, pontuando como, a partir do interdiscurso que ancora cada notícia nessa revista, é possível interpretar novos sentidos que instauram uma luta de vozes que não poderia ser interpretada se cada texto fosse lido isoladamente. Para nós, os veículos de comunicação estão a serviço da classe dominante -, fazendo circular os sentidos que podem e devem ser lidos, estabelecendo relações implícitas entre textos que, para muitos leitores, passarão despercebidas ou serão interpretadas como naturais.

A respeito disso, lançamos algumas perguntas: o que merece, de fato, lugar nas páginas de uma revista de circulação nacional? Discursivamente como e quais regiões de **poder, saber e dizer** estão em jogo numa edição? Quais são os discursos que atravessam a linguagem desse veículo midiático impresso, a partir da ativação de uma memória discursiva? Tais questionamentos dialogam com **as condições de produção** (PÊCHEUX, 1975) em que as corporações de mídia constituem-se no país, engendrando um império econômico e político centralizado na mão de dez clãs familiares (MORAES, 1998), a saber, cerca de 90% das informações produzidas e disponibilizadas ao grande público advêm desses poucos cartéis.

Em consonância com os objetivos, estratégias e interesses de seus donos, os dizeres na mídia instalam a inscrição social da classe dominante, que precisa perpetuar os sentidos e os dizeres que lhe garantem a manutenção da ordem como ela se apresenta (ROMÃO & PACÍFICO, 2006). Daí deriva o fato de que certas vozes são caladas e seqüestradas pela tesoura do sujeito/editor, ao passo em que outras são colocadas em evidência, visto que ele, nessa posição discursiva, sabe quais são os sentidos possíveis (ORLANDI, 1996) e/ou indesejáveis de serem enunciados no jornal.

Assim procuramos fundamentar nossa análise numa bibliografia pertinente ao tema para pensarmos os meios de comunicação de massa como um lugar de construção de memória. A partir do lugar e de como essa memória é construída, tentamos verificar o lugar estratégico que os *mass media* ocupa(va)m na sociedade, sejam como formadores de opinião, sejam como lugar de referência da memória popular.

Os atos violentos trazem consigo forte carga emocional em todos os seus atores: quem comete, sofre ou presencia. Segundo Minayo (2002), no discurso contemporâneo, podemos distinguir três definições de violência que abrangem tanto o âmbito individual quanto o coletivo: a “física” que engloba os homicídios, agressões, violações, roubos a mão armada; a “econômica”, que

consiste na apropriação indevida de propriedade e de seus bens e a “moral e simbólica”, que trata da dominação cultural, ofendendo a dignidade e desrespeitando o direito dos outros. A violência é um fenômeno que se acentua no mundo contemporâneo, viola o mais fundamental dos direitos humanos: o direito à vida. Ao longo do tempo adquiriu proporções alarmantes, e aparece na contemporaneidade como uma preocupação de alta relevância nos setores públicos, ocupando pautas de todos os setores da sociedade e, não raro, os problemas a ela relacionados dificultam a promoção do desenvolvimento sustentável em diversos países (WASELFISZ, 2004).

O Brasil nunca esteve livre das marcas profundas do conflito e da violência evidenciados pela enorme diferença sociocultural, pela disparidade de renda, pelo passado escravocrata, pelas políticas autoritárias. A partir da primeira parte da década de 1980, o tema da violência ganha espaço crescente nos noticiários midiáticos. Não podemos perder de vista que a violência sempre esteve presente em qualquer coletividade, pois a luta e a disputa são fundamentos de qualquer relação social. Mas, a violência como fenômeno, possibilidade de negociação, de redefinição do entendimento da realidade, de construção de um novo conceito sobre uma dada realidade, essa é deslocada para fora da arena da mídia.

1 A memória discursiva e a heterogeneidade: entre o discurso da mídia e o da violência no mundo contemporâneo

Entendemos que a relação entre formação discursiva e memória discursiva seja o ponto de cruzamento dos discursos. Sob a ação da memória discursiva ocorre a interpretação dos signos, possibilitando ao leitor o acesso ao interdiscurso. No entanto, o interdiscurso só será significado por um leitor que tenha acesso à memória, sendo necessário esclarecer que não estamos falando de uma memória psicológica, mas de um conceito que supõe a inscrição histórica do enunciado. Assim sendo, diante de um texto, o leitor pode construir uma rede de significações, que já vem sendo tecida há muito tempo, cujos sentidos são sócio-historicamente produzidos e ideologicamente interpretados como naturais. Segundo Foucault, a idéia de que só haveria saber onde não existissem relações de poder é equivocada – ambos estão implicados: “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (2001, p.27). Dessa forma, suas reflexões são importantes para discutir como o saber produzido sobre a prática jornalística incide sobre essa “alma moderna”, no caso, os sujeitos implicados por essa comunidade, seus leitores.

Para a AD, o conceito de discurso torna-se, desse modo, a chave para contemplar a articulação entre o fenômeno lingüístico formal e os processos ideológicos de sua construção. Assim, esta pesquisa enfatiza a importância de levar-se em consideração não só a ideologia dos falantes ou de quem escreve/lê, mas também, as condições de produção do discurso. O trabalho de enquadramento das memórias coletivas é, certamente, um dos ingredientes mais importantes para perpetuação do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade. Guiado pela preocupação em ora manter, ora modificar, as fronteiras sociais, e alimentado de material fornecido pela história, o trabalho de enquadramento reinterpreta o passado em função de combates do presente e do futuro. E com o questionamento da “memória oficial”, o papel da história oral cresce em importância: privilegiando memórias dos excluídos, dos marginalizados, das minorias, ressalta as memórias subalternas, das “sub-culturas”, contrapondo-as com a memória nacional.

Pretendemos estudar três textos trazidos pelo exemplar especial de Veja - que traz o título **CRIME: as raízes, a impunidade, as soluções** -, investigando como várias vozes justapostas produzem e provocam efeitos de sentidos. Nossa intenção é observar de que modo são falados, dispostos, desenhados e nomeados três acontecimentos: **O Brasil que não pune...** que trata dos crimes em que os bandidos não são sequer punidos (p. 46-47); **Rio, cidade aberta...** que mostra como o tráfico incorporou à paisagem carioca e se tornou um negócio rentável (p.50-52); e **E o Estado sumiu...** que trata de cenas cariocas de violência comandadas por grupos paramilitares (p.53-54). Procuramos respeitar a seqüência articulada pela revista, assim, as três reportagens

analisadas constituem os primeiros textos apresentados ao leitor, sendo que são veiculadas, no total, 16 reportagens, ao longo desse exemplar histórico sobre violência e crime no Brasil.

Temos como hipótese de trabalho que o processo discursivo analisado na **Revista Veja-Reportagem Especial** é sustentado por um gesto de construção caleidoscópico, em que as várias vozes, a polifonia e a heterogeneidade imaginariamente dariam lugar ao dizer homogêneo, em nome do órgão da empresa. Assim, sob o manto do significante **Revista Veja** estaria garantida, no plano imaginário, a assinatura da verdade, ordem e informatividade, apagando o caos e a luta de vozes existentes na linha de produção da notícia e promovendo, ainda que de modo ilusório, a sensação de um universo semanticamente estabilizado (PÊCHEUX, 1969). O apagamento da multiplicidade de sentidos possíveis para nomear e narrar a realidade e a fixação de apenas alguns relatos sobre ela são efeitos da ideologia que naturaliza certos sentidos e dizeres como indesejáveis, segundo Pêcheux (1975). De modo a mediar, para o leitor, uma diretividade de sentidos dentre todos os possíveis, o sujeito-editor filtra todas as demais vozes que lhe chegam como produto da investigação da rua, das entrevistas realizadas, dos dados pesquisados, das cenas fotografadas etc. É essa a voz que intervala, apaga, altera, dá destaque e costura o dizer de todas as vozes e sujeitos implicados no processo de produção da notícia (ROMÃO & PACÍFICO, 2006).

Com base nos Estudos Culturais, afirmamos que, a partir de um compartilhamento “consensual” do medo por parte da população brasileira, novos laços são estabelecidos no campo interpessoal e em relação à nação brasileira. Nesse contexto, narrativas que fazem apelo à memória teriam um papel fundamental na constituição de novas formas de identidade social e de constituição do espaço público. No entanto, a memória – como um elemento importante na construção das identidades sociais – sempre esteve presente, seja no indivíduo do pré-capitalismo, da pré-modernidade, seja no indivíduo da modernidade. O que é específico da contemporaneidade é que, agora, a mídia exerce um papel de mediadora entre o homem e o mundo, ocupa um lugar privilegiado para a produção da memória social. E, sendo os agentes fundamentais na construção das identidades nas sociedades contemporâneas, os *mass media* de um modo geral, e mais especificamente a imprensa, ocupam um lugar central como formadora e armazenadora de uma memória social, deixando de ser a História o principal lugar de memória para conferi-lo à comunicação massiva. E para uma melhor compreensão da construção das identidades sociais e de uma memória social na contemporaneidade é importante investigar as estratégias enunciativas, tanto verbais quanto não verbais, utilizadas no discurso jornalístico. Pois está na forma **de dizer** a estratégia enunciativa desses discursos, uma vez que é por meio das modalidades **do dizer** que uma revista poderá estabelecer o contrato de leitura com o indivíduo / consumidor / leitor.

A revista, na sua periodicidade semanal, sempre manteve essa relação estreita com o leitor. Ao longo desses anos, vários autores verificaram que, apesar da pretensa **objetividade jornalística**, as revistas continuam a formar opinião, só que agora com outros recursos lingüísticos. Por meio do contrato de leitura, elas constroem discursivamente o seu público. E este ao aceitar o “contrato” – ao se tornar um leitor assíduo de uma determinada revista – assume um determinado lugar, uma determinada imagem que ela constrói dele. O contrato que a revista vai estabelecer não é com a massa em sua totalidade. Ela segmenta seu público alvo e, a partir disso, constrói seu discurso. Se uma revista vai se dirigir a uma classe menos favorecida, a linguagem usada por ele será, ou tenderá a ser, compatível com a compreensão desse público. Tendo um discurso próprio, as revistas, assim como as demais mídias, promovem mudanças nas formas de narrativa e de atribuição de um sentido ao real. Como a maioria dos mecanismos de construção de “memória”, os periódicos vão construindo este acervo simbólico no leitor, silenciando alguns aspectos e dando voz a outros – enquadrando essa memória (GUERRA, 2006). Tentamos observar os reflexos das narrativas midiáticas nas relações sociais que hoje são estabelecidas e apontar aqui onde, nas revistas impressas, estão representadas as transformações dos espaços público e privado.

2 As representações da violência sob a perspectiva discursiva

A violência a que estamos nos detendo aqui é vista tanto como uma ameaça à convivência

pública e democrática, ou seja, como impedimento do processo de democratização; tanto como a semente de rearticulação sociopolítico-cultural, ou seja, como expressão limite de articulações culturais dinâmicas, ou ainda, como tentativa de superação da exclusão social. Não podemos perder de vista que a violência é observada por um viés relativamente especial – o midiático. A mídia impressa é um lugar de visibilidade, e a violência pode ser caracterizada como um tipo de linguagem que expressa conflitos, mas que também viabiliza alteridades (formas culturais diferentes que encontram na mídia um lugar de expressão). Convém explicitar que estudamos a violência a partir de uma perspectiva em que sua **espetacularização** possibilita a reformulação, ou melhor, a reorganização do espaço público, assim como do espaço privado, pois os clamores por menos violência na mídia dizem respeito àquela violência chocante, não atenuada e suavizada por retoques e disfarces, explicitando formas e práticas classificadas como cruéis e violentas.

A mídia não só atribui sentidos próprios aos atos de violência (edição, classificação, opinião sobre eles) como, ao testemunhá-los, expõe os fatos a outros agentes, que são constrangidos/convocados a atribuírem sentidos sobre eles. Segundo Rondelli:

Com isso, tais discursos, antes constituídos pela natureza do fenômeno narrado e pelas características do meio comunicativo, tornam-se constitutivos à medida que passam a sustentar e a configurar opiniões, julgamentos, valores e práticas adotados a partir e/ou com referência a esses relatos sobre a violência. A força expressiva desta linguagem da violência vem deste movimento de os episódios deixarem os lugares particulares ou privados de sua ocorrência para se extravasarem numa dimensão pública onde se encontram, sobretudo, com instituições e discursos preexistentes, que passam a produzir sentidos e a orientar práticas sociais sobre a violência (2000, p. 122).

Desse prisma, é possível, por meio de uma categorização, indicar-se cinco **formações discursivas**, ou seja, matrizes a partir das quais se engendram sentidos e explicações referentes à violência (RONDELLI, op.cit.). A primeira é a da **mídia**, que a partir do sensacionalismo e da espetacularização da violência, enquadra o fenômeno a uma linguagem e lógica mercadológicas. A segunda matriz está associada à construção de um imaginário sobre a violência que inspira e orienta **políticas públicas**. Já a terceira, está relacionada a um discurso **político-empresarial** que afirma a modernização econômico-social. A quarta, em oposição à anterior, está associada às tentativas **legitimadoras do Estado**. A quinta, matriz é a que se situa na constatação crítica da **falência do Estado**.

Ao reforçar a coesão social pela adesão afetiva, a memória coletiva é também recortada e construída por suas hierarquias e classificações, a partir da esfera pública e privada. É por essa ótica que podemos afirmar que, no Brasil, sempre houve uma percepção de que vigora o oportunismo (o jeitinho brasileiro) em detrimento da cooperação, em que se desenvolveram mecanismos informais, muitas vezes ilegais, de obtenção de benefícios privados. A esfera pública confunde-se com as esferas privadas, utilizando-se a máquina estatal na obtenção de benefícios particulares. Essas são algumas das razões do nascimento dos sujeitos sociais dispersos, desmobilizados para a ação, desencantados com o futuro, desacreditados de uma ética no nosso país. Agregados a isso, novos padrões de produção e consumo, novos modos de constituição das identidades coletivas, novos critérios de legitimação de autoridade, vão se incorporando ao contexto brasileiro. E a violência urbana vai crescendo gradativamente, à medida que se acentua a conexão entre o padrão autoritário de modernização do país e a criminalidade. Parece-nos que os níveis de desigualdade e a escalada da pobreza mostram-se numa crescente, diante do descaso do Estado em implementar políticas distributivas mais progressivas. É o que podemos verificar na Revista Veja, por meio do excerto retirado da reportagem (p. 46-47) “O Brasil que não pune”:

A raiz de quase todas as aberrações sobre as quais você lerá nas próximas páginas é a impunidade. Ou seja, a incapacidade endêmica do poder público brasileiro de deter

criminosos, condená-los a castigos proporcionais a seus delitos e assegurar que eles serão cumpridos em sua exata extensão, de forma previsível. Mas não tenha ilusões: a impunidade brasileira é o principal combustível do crime. As prisões estão lotadas, mas a maioria dos criminosos nem é investigada, presa ou condenada. No plano geral, no entanto, a saída é construir mais cadeias. É preciso prender, prender, prender. (D1)

O discurso jornalístico, sendo uma prática de reformulação explícita, que longe de “esconder a maquinaria”, vai expô-la sistematicamente, é o *locus* em que a heterogeneidade **mostrada marcada** é especialmente perceptível. Pode-se identificá-la em dois níveis: a) na estrutura enunciativa; e, b) no fio do discurso.

Observa-se que a representação do dialogismo em D 1 acontece no fio do discurso por meio da justaposição de dois discursos por numerosas formas de estabelecimento de equivalência: A, **ou seja**, B; A, **em outras palavras** B; A significando, batizado de B; A ou B: **Ou seja, a incapacidade endêmica do poder público brasileiro de deter criminosos, condená-los a castigos proporcionais a seus delitos e assegurar que eles serão cumpridos em sua exata extensão, de forma previsível.** Por meio do item lexical “endêmica”, proveniente do discurso médico, relativo à “doença que existe constantemente em determinado lugar e ataca número maior ou menor de indivíduos” (cf. FERREIRA, 1995, p. 246), podemos observar a mobilização de uma formação discursiva que perpassa todo o discurso jornalístico em pauta em que o crime é tratado como um mal local, brasileiro. A expressão “condená-los a castigos proporcionais a seus delitos e assegurar que eles serão cumpridos em sua exata extensão, de forma previsível” marca a heterogeneidade desse discurso ao fazer emergir o discurso jurídico que fala da precariedade da legislação e da justiça brasileiras, deixando aflorar outra formação discursiva.

Também é possível verificar que o conector adversativo MAS, de natureza dialógica, envolve a presença de dois locutores, advindos de formações discursivas diferentes: **Mas não tenha ilusões: a impunidade brasileira é o principal combustível do crime** (D 1). Aliadas ao conector MAS, encontramos as asserções com os verbos no tempo presente, como também na forma infinitiva e na imperativa, e a expressão modalizadora deôntica “É preciso”. Isso vem corroborar o desejo do saber e da verdade que o discurso quer passar aos seus interlocutores, somados à certeza da opinião e à fonte do conhecimento. Mais do que uma simples repetição, o enunciado “É preciso prender, prender, prender” (D 1) evidencia uma cadeia discursiva que tem o efeito de sentido de intensificar a ação da polícia (Estado). Parece que a um maior volume de linguagem idêntica em posição idêntica corresponde um maior volume de informação, que cria o efeito de sentido da necessidade de que se prenda efetivamente e com mais rigor os bandidos.

É importante relatar que cada reportagem traz um trecho intitulado **Como resolver o problema**, numa tentativa de mostrar aos leitores que a revista sabe a solução da questão. Apresentamos o recorte referente à primeira reportagem (p.47): **Construir, a curto prazo, pelo menos 290 presídios de 500 vagas cada um. Ampliar o sistema de penas alternativas com o objetivo de reduzir a impunidade.** (D 2). Essa tentativa de encontrar soluções para a impunidade brasileira vem ao encontro de uma matriz que estaria associada à construção de um imaginário sobre a violência que inspiraria e orientaria **políticas públicas** (RONDELLI, 2000).

A reportagem a seguir, “Rio, cidade aberta”, traz o excerto seguinte (p.51-52):

Há duas semanas, o tráfico deu nova mostra da desenvoltura com que vem agindo ao ordenar ações que causaram a morte de doze pessoas e feriram outras trinta. São os efeitos mais trágicos e visíveis da criminalidade que os sucessivos governantes não conseguiram enfrentar nas últimas três décadas. [...] O mito urbano do “barão do tráfico”, o cidadão de classe média alta que comandaria o crime confortavelmente instalado em uma cobertura de frente para o mar, nunca teve sua existência comprovada pela polícia. Em compensação, está mais do que evidente que as

quadrilhas, atualmente, se comportam como empresas. [...] Os preceitos do marketing estão presentes não só na diversidade das mercadorias mas também na forma como são comercializadas. O mais popular deles é o baile *funk*, mas outros estão surgindo. (D 3)

É possível observar que as formas lexicais “empresas”, “marketing”, “mercadorias” e “comercializada” remetem o discurso à linguagem empresarial, fazendo aflorar uma formação discursiva advinda das questões econômicas e mercadológicas. Aqui o crime é tratado como empresa que gera capital e lucros para os criminosos em detrimento do prejuízo para os governantes **que não conseguem enfrentar o tráfico**. No que diz respeito ao quadro da enunciação, pode-se observar uma estruturação enunciativa de D 3 produzindo-se: uma ancoragem temporal muito marcada (**há duas semanas**); e uma constatação para os interlocutores - o jornalista e o leitor - e do ato de comunicação que os liga: “Em compensação, **está mais do que evidente (...)**”. Por meio dessa expressão modalizadora epistêmica é construído um enunciado que apresenta uma afirmação como independente da avaliação do produtor do texto. Ficando fora do enunciado, esse não se constrói na primeira pessoa, transferindo-se para fora do eixo enunciador-enunciatário, o que constitui poderoso recurso para sugerir distanciamento; com isso o sujeito-jornalista, adquirindo foros de isenção, obtém dar maior autoridade a suas opiniões/declarações.

No nível do fio do discurso, o texto midiático vai construir-se por meio do contato de dois discursos, no próprio desenrolar da atividade lingüística de formação explicitamente heterogênea. De fato, o discurso jornalístico põe em uma relação simétrica os dois discursos entre os quais ele se constitui caracterizando-os de modo diferenciado. Segundo Authier-Revuz, a evidente regularidade desses textos é o estabelecimento, por meio de diferentes formas de **heterogeneidade mostrada** (a partir de um percurso de vaivém entre esses dois discursos) de um lugar onde se realiza uma **colocação em contato** (1990). A representação desse dialogismo acontece no fio do discurso por meio de uma estrutura que carrega o distanciamento metalingüístico alternativamente de um e de outro discurso, designado pelas aspas como exterior, inapropriado: **O mito urbano do “barão do tráfico”, o cidadão de classe média alta que comandaria o crime confortavelmente instalado em uma cobertura de frente para o mar, nunca teve sua existência comprovada pela polícia**. No exemplo D3, as aspas identificam o termo “barão do tráfico”, marcando-o como termo “estranho” à linguagem do leitor, isto é: a linguagem utilizada é identificada como “exterior” ao discurso do grande público. A palavra marcada, aspeada, provoca alguns efeitos de sentido: o termo “barão” pode remeter ao poder de quem detém tal título de nobreza, **o senhor feudal do tráfico**, aquele que possui riqueza e por isso mobiliza o respeito, ou o medo, no meio dos demais moradores.

Eis uma solução proposta pela revista na seção **Como resolver o problema** (p. 52):

Estabelecer metas mais rigorosas para a repressão ao crime. Segundo estimativa da ONU, as quadrilhas só começam a ter sua força econômica abalada quando se apreende mais de 30% da droga que elas comercializam. No Brasil, o cálculo é de que a polícia capture apenas 10%. (D 4).

Observando a estrutura enunciativa do discurso jornalístico em D4, verificamos que, massivamente sob a forma de discurso relatado indireto, aparece: “Segundo estimativa da ONU (os especialistas, o mundo dos cientistas diz, demonstra, explica, etc...), as quadrilhas... 10%”; no caso, os nomes próprios dos enunciadores, lugares, tempos dos atos de enunciação são especificados. Os estudiosos designados coletivamente com o nome ONU, sustentados pelo discurso da ciência estatística, garantem ao discurso jornalístico um “efeito de real” originário do discurso científico (da Economia, da Estatística), além de assegurar a autoridade da voz que “diz a verdade”. Assim, a linguagem científica, que é para o público não cientista uma “língua” incompreensível dado o seu caráter hermético, necessita de um “sujeito-divulgador” capaz de “trocar a ciência em miúdos”, que o fará por meio de uma estrutura discursiva, em que estão em jogo certos processos

enunciativamente marcados. De acordo com Authier-Revuz (1990, p. 10), a estrutura enunciativa que se estabelece a partir da organização ternária: “**eu** (jornalista) **digo a vocês** (público leigo) **que eles** (cientistas) **dizem**”, pode ser entendida como característica de um processo que, no campo do discurso jornalístico, produz um discurso **segundo** em função do “alvo visado”, oferecendo um campo privilegiado ao estudo dos mecanismos do dialogismo, pela nitidez com a qual pode aí ser posta a dupla restrição do **já-dito** do discurso fonte e do interlocutor do discurso segundo.

Nessa formulação, a designação do sujeito-jornalista parece manifestar-se de forma mais anônima, já que identificado por meio do pronome “se” assume uma forma indeterminada de sujeito: **as quadrilhas só começam a ter sua força econômica abalada quando se apreende mais de 30% da droga que elas comercializam** (D 4). Além disso, alguns exemplos de frases passivas, em que o agente não está expresso (**Os preceitos do marketing estão presentes não só na diversidade das mercadorias mas também na forma como são comercializadas**) também demonstram esse caráter menos individualizado do sujeito, o que corrobora a sua inscrição num discurso que busca a homogeneidade e a neutralidade do sujeito responsável pelo dizer. Ora, aqui o discurso jornalístico não é a apresentação dos fatos puros, mas recorte da realidade: o apagamento da multiplicidade de sentidos possíveis para nomear e narrar a realidade e a fixação de apenas alguns relatos sobre ela são efeitos da ideologia que naturaliza certos sentidos e dizeres como indesejáveis (PÊCHEUX, 1975). É essa a voz que intervala, apaga, altera, dá destaque e costura o dizer de todas as vozes e sujeitos implicados no processo de produção da reportagem. Ainda que a ilusão de unidade e da homogeneidade do discurso seja pretendida, pontuamos que tensão, confronto e movimentação de sentidos evidenciam deslocamentos e caos no lugar que se buscava fazer circulação uma estabilidade de sentidos, provocando deslizamentos e esquivas de uma ou de outra voz no discurso, que se pretendia monofonicamente processado.

A terceira reportagem **E o Estado sumiu...** (p.53) traz o problema das milícias formadas para combater o tráfico, também na cidade do Rio de Janeiro:

Não satisfeita em corromper-se, a polícia do Rio de Janeiro passou a concorrer com a bandidagem. Acabou demonstrando, mesmo por vias tortas, que é possível, sim, acabar com o domínio exercido pelo tráfico de drogas nas favelas. Mas aceitar que esse trabalho seja feito por paramilitares é admitir a total falência do poder público. As milícias surgiram em favelas da Zona Oeste carioca, por iniciativa de moradores, entre eles policiais. Elas se organizaram para não deixar os bandidos tomar conta do lugar. As autoridades de segurança do estado conhecem os nomes de vários integrantes dessas milícias que atuam livremente. (D 5).

O sujeito-jornalista ocupa o lugar de porta-voz autorizado de uma representação social e a sustenta: lingüisticamente, desloca sentidos sobre essa representação e, discursivamente, aponta para o atravessamento de formações discursivas no discurso, para a heterogeneidade do domínio de saber da formação discursiva, em que múltiplos sentidos emergem na porosidade da língua. Aqui as formas lexicais “bandidagem” e “vias tortas” deixam emergir uma formação discursiva proveniente do discurso popular, de que o “jeitinho brasileiro” (o oportunismo em detrimento da cooperação) é articulado por meio dos mecanismos informais e ilegais, de obtenção de benefícios privados. Aqui novamente a esfera pública se confunde com as esferas privadas, uma vez que se considera a máquina estatal como trampolim para a obtenção de benefícios individuais.

Podemos verificar a ocorrência do conector adversativo **mas** na tomada da palavra: lingüisticamente, a adversativa **mas** tem a função de estabelecer uma relação de contraste entre duas orientações argumentativas, em que a segunda se impõe sobre a primeira. Verificamos isso nessa relação implicada no conteúdo semântico dos enunciados, que gera desliz de sentido. De um lado temos: **Mas aceitar que esse trabalho seja feito por paramilitares é admitir a total falência do poder público** (D 5), em que não é a conexão adversativa **mas** que é ideológica e que desata o

sentido, e sim o modo como ela funciona em construções que, remetidas aqui a certas formações discursivas, indicam uma relação do sujeito com a ideologia do populismo, do público, do privado, do crime. Alinhando as diferenças de conduta de lado a lado, marca-se no recorte a relação entre dois sujeitos, instalados em posições ideológicas diferenciadas, em que ambos buscam conduzir as práticas discursivas naquela situação específica. De outro lado, temos: **Não satisfeita em corromper-se, a polícia do Rio de Janeiro passou a concorrer com a bandidagem. Acabou demonstrando, mesmo por vias tortas, que é possível, sim, acabar com o domínio exercido pelo tráfico de drogas nas favelas** (D 5), em que é evidenciada outra formação discursiva advinda da voz daqueles que aplaudem atos criminosos em nome da justiça, em que “os fins justificam os meios” (dito popular). Essa formulação também vem marcada lingüisticamente pela partícula negativa, índice de dialogia (além da polícia se corromper, ela também concorre com bandidos) corroborando a idéia de que tanto a polícia (oficial) quanto a milícia (não oficial) descumprem a lei.

Prosseguindo nossa análise, afirmamos que o trabalho de enquadramento das memórias coletivas surge como ingrediente para perpetuação do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade, e, ao falarmos do Rio de Janeiro, não podemos desprezar as diferenças que existem nas especificidades do processo de modernização que cada cidade sofreu: Rio de Janeiro, modelo francês, São Paulo, modelo inglês. É importante inserirmos a questão da violência nos contextos em que ela aparece. Não esqueçamos da violência durante o regime militar: ao tema da pobreza agregava-se o da opressão, e a transgressão era elogiada por setores que lutavam por democracia. Nessa época, a ilegalidade era tida como uma forma de protesto social, e o bandido, um herói pré-político. O protesto popular era valorizado em sua dimensão transgressora contra a ditadura militar. Ou seja, a violência tem assumido formas discursivas diferentes ao longo da história. Portanto, esse fenômeno pode ser encarado de várias formas, dependendo do tempo e do contexto em que estiver inserido.

Assim, na falta de uma ordem moral compartilhada por todos, o tema da mobilidade social tendeu a se traduzir em estratégias que podem incluir a experiência da ilegalidade – bandido, como representação de uma saída individual para a mobilidade que se encontra obstruída. Arriscamo-nos a dizer que assistimos à falência do Estado, haja vista que este não consegue eliminar os padrões de exclusão. E, para atender a população, que busca a inclusão por concessão de bens de cidadania, inúmeras microssociedades surgem, com seus chefes e legalidades próprios, propagando-se a corrupção, a deslegitimação do monopólio do uso da violência pelo Estado e a generalização de conflitos. Isso se deve, em grande parte, a fraca legitimação da autoridade do Estado brasileiro em detrimento da obtenção de vantagens patrimoniais privadas. Vale dizer que o Rio de Janeiro foi sede do Estado Imperial brasileiro, onde havia uma forte clivagem entre a vida social e a esfera social organizada.

Ao acionarmos a memória discursiva, verificamos que o aumento da violência foi acompanhado, nos anos 1990, não somente pela ênfase na cobertura jornalística de seus episódios, mas também por um intenso debate sobre a sua natureza e suas conseqüências. Esse excesso da tematização teve o efeito de construir um determinado imaginário sobre a violência, que passou a informar e a produzir atitudes sociais a ela referenciadas. A partir daí, o que se observa, via mídia impressa, é uma violência banalizada, corriqueira e trivial, além da violência policial praticada de forma ilegal ou ilegítima. Pela forma como é mostrado, como simples fenômeno de agressão física, sem ser encarado como linguagem, o “retrato” da violência leva as pessoas a abandonarem as ruas, suprimindo a participação no espaço público. Narrados pela mídia impressa, os episódios de violência podem provocar aplausos ou indignação, em função de como se sugere aos leitores que o fato tenha acontecido.

A partir da materialidade lingüística expressa em enunciados como “A raiz de quase todas as **aberrações** sobre as quais você lerá nas próximas páginas é a impunidade” (D 1), “O tráfico deu **nova mostra da desenvoltura** com que vem agindo ao ordenar ações que causaram a **morte de doze** pessoas e **feriram** outras **trinta**” (D 3) e “São os **efeitos mais trágicos e visíveis** da criminalidade (D 3)” “Criar um **rito sumário para a expulsão** de policiais envolvidos em

atividades ilegais” (D 6), podemos afirmar que a mídia impressa, a partir do sensacionalismo e da espetacularização da violência, enquadra o fenômeno a uma linguagem e lógica mercadológicas. Para Gregolin (2003), os meios de comunicação constroem discursivamente uma **espetacularização dos acontecimentos, numa univocidade lógica**, evidenciando a força e o perigo dos discursos na construção do “real” que parte de três ângulos: **a política, a língua e a história**. Também a cadeia discursiva veiculada pelo enunciado “Em compensação, está mais do que evidente que as quadrilhas, atualmente, se comportam como **empresas. Os preceitos do marketing** estão presentes não só na diversidade das mercadorias mas também na forma como são comercializadas. O mais popular deles é o baile *funk*, mas outros estão surgindo” (D 3) está relacionada a um discurso **político-empresarial** que afirma a modernização econômico-social.

Aqui o advento da violência está, intimamente, ligado à falência do Estado, com o fim das utopias, o ocaso das ideologias, o sentimento de deterioração de uma ordem normativa/legal, além da fragilidade da experiência coletiva no fim do século, como pode ser entendido em enunciados como: “A raiz de quase todas as aberrações sobre as quais você lerá nas próximas páginas é a impunidade. Ou seja, a **incapacidade endêmica do poder público** brasileiro de deter criminosos, condená-los a castigos proporcionais a seus delitos e assegurar que eles serão cumpridos em sua exata extensão, de forma previsível (D 1)”, ou “São os efeitos mais trágicos e visíveis da criminalidade que os **sucessivos governantes não conseguiram enfrentar** nas últimas três décadas (D 3)”, e ainda “Acabou demonstrando, mesmo por vias tortas, que é possível, sim, acabar com o domínio exercido pelo tráfico de drogas nas favelas. Mas aceitar que esse trabalho seja feito por paramilitares é admitir **a total falência do poder público**” (D 5).

No que tange à interdiscursividade, afirmamos que há um discurso político, um discurso jurídico, um discurso médico, um discurso científico, um discurso popular, um discurso empresarial articulando-se simultaneamente ao e no campo midiático/jornalístico. E o modo como a mídia fala sobre a violência faz parte da própria realidade da violência: as interpretações e os sentidos sociais que serão extraídos de seus atos, o modo como certos discursos sobre ela passarão a circular no espaço público e a prática social que passará a ser informada cotidiana e repetidamente por esses episódios narrados. Revela-se, aqui, o caráter estruturador do discurso que evidencia a presença dos vários discursos constatada pela recorrência de temas que circulam nos textos e permitem interpretar outros discursos, o já-lá (PÊCHEUX, 1975), que está acessível pela memória discursiva.

Ao lado de D 5, na coluna **Como resolver o problema** (p. 54), vemos: **Conter o avanço das milícias, desarticulando os grupos já formados e impedindo que outras favelas sejam ocupadas. Criar um rito sumário para a expulsão de policiais envolvidos em atividades ilegais, entre elas atuação em milícias.** (D 6). É pertinente observar que todos os enunciados desse tipo de coluna (D 2, D 4 e D 6) trazem formas verbais no infinitivo, criando o efeito de sentido de ausência de temporalidade, exprimindo uma ação pura, considerada, inclusive, vista fora do tempo, além de carregarem a força do imperativo:

Estabelecer metas mais rigorosas para a repressão ao crime (...) (D 2). *Construir*, a curto prazo, pelo menos 290 presídios de 500 vagas cada um. *Ampliar* o sistema de penas alternativas com o objetivo de reduzir a impunidade. (D 4). *Conter* o avanço das milícias (...) *Criar* um rito sumário para a expulsão de policiais envolvidos em atividades ilegais (...) (D 6)

Verificamos o apelo publicitário mobilizado pelo tom autoritário desse discurso (**estabelecer, construir, ampliar, conter e criar**), por meio da voz e da credibilidade do sujeito-jornalista que conhece o assunto (poder e saber), vivencia o que diz, e que, de certa forma, está relacionado com o discurso veiculado na Revista Veja, considerada a maior revista de interesse geral do Brasil (que potencializa o impacto da mensagem), por se tratar de um veículo de grande dizibilidade e visibilidade nos estratos sócio-econômicos mais elevados do país. A circulação da mensagem nessa mídia impressa é providencial para ratificar a ideologia de ascensão social (poder)

que é sublimada na retórica publicitária. No dizer de Foucault (2001), a idéia da força (poder) do discurso que se apóia na qualidade do seu produtor (Revista Veja), visto se tratar de uma empresa nacional reconhecida pela liderança no campo jornalístico, cria o efeito de sentido de que o que a revista argumenta é incontestável (saber). Sabemos que o funcionamento da ideologia na linguagem tem como principal objetivo tornar naturalizado para os participantes o que, na verdade, é de interesse de um grupo social, ou seja, a ideologia leva para o terreno do senso comum, representações sobre o mundo que manifestam o interesse de um determinado grupo ou classe social, como se fosse neutro, universal ou de interesse de todos.

Somado a essas análises, o simples correr de olhos sobre as páginas da revista, ao observar o movimento de sujeitos e sentidos, indica a apresentação de várias vozes. Dispostas na primeira página da referida edição, elas inscrevem uma discursividade derivada de várias posições-sujeito, a saber, editor, repórter, fotógrafo, arte-finalista, que se materializa na manchete, chapéu da notícia, legenda, resumo, lide, disposição dos boxes etc. Observamos que o efeito de unidade construído na primeira página – a capa da revista – é ilusão necessária para que o leitor suponha estar diante de um relato emoldurado pela objetividade e completude dos relatos sobre acontecimentos marcantes do ano anterior. Assim sendo, é necessário que o leitor “esqueça”, não saiba ou não se lembre de que está diante de um mosaico de várias vozes editado por uma outra voz, visto que isso implicaria que o leitor reconhecesse a existência do mecanismo ideológico de recortar, selecionar, escolher, tirar e eleger alguns fatos, fotos, relatos e destaques sobre a realidade. Ora, como alguns trabalhos já mostraram (ARBEX, 2001; ROMÃO, 2002; ROMÃO & PACÍFICO, 2006), o discurso jornalístico não é a apresentação dos fatos puros, mas relato e recorte da realidade. Lugar de memória, página de disputa, linguagem e “fala” editadas pelo poder, a revista é lugar de conflito. Produto social e, ao mesmo tempo, influenciado e influenciador do social, lugar e vestígio de memória, o discurso da imprensa assemelha-se ao discurso do poder, sem poder, contudo, evitar o aparecimento de resistências, insubmissões.

Algumas conclusões

É possível homologar, por meio desta pesquisa, que os discursos divulgados pela mídia impressa, devido ao seu caráter multiplicador, fundamentais para construção da identidade social, na medida em que instauram a possibilidade de novos discursos, também, interferem na construção do nosso cotidiano e na forma como configuramos as relações sociais e a memória. Nesse sentido, procuramos evidenciar que o interdiscurso só será significado por um leitor que tenha o acesso à memória que supõe a inscrição histórica do enunciado: diante de um texto da mídia, o leitor pode construir uma rede de significações, que já vem sendo tecida há muito tempo, cujos sentidos são sócio-historicamente produzidos e ideologicamente interpretados como cristalizados

Como toda e qualquer empresa capitalista, a revista tem sempre, mesmo que sutilmente ou de forma invisível, as marcas do interesse do seu dono. Suas opiniões e seus interesses constituem os contornos da “liberdade de imprensa”. Contudo, enquanto produção social a revista – o discurso jornalístico – é também lugar de disputas, conflitos, lugar de memória. Portanto, compreender a mídia não deixa de ser um modo de se estudar a própria violência, pois quando esta se apropria, divulga, espetaculariza, sensacionaliza, ou banaliza os atos da violência, está atribuindo-lhes sentidos que, ao circularem socialmente, induzem práticas referidas à violência.

Ainda que a ilusão de unidade e da homogeneidade seja vendida, podemos verificar que tensão, confronto e movimentação de sentidos não deixam de falar e circular, provocando deslocamentos; manifestando desordem no lugar que se buscava colocar em circulação uma estabilidade e, por fim, fazendo esburacar brechas de uma ou de outra voz no processo discursivo, que se pretendia estruturado monofonicamente. O dizer desse discurso revela a heterogeneidade do que pautou a reportagem, do discurso político, do discurso jurídico, do discurso popular, do discurso empresarial, que criam uma longa cadeia discursiva em que a heterogeneidade enunciativa, às vezes, está mostrada de modo explícito; em outras, apagada, mas constitutiva. Pode-se afirmar que a fragmentação se constitui em categoria-chave para pensar a sociedade brasileira: pensada

como uma situação de fragmentação valorativa, a contemporaneidade brasileira se vê também confrontada pelas consequências dessa fragmentação no plano simbólico e por um contexto de grandes desigualdades no plano material, as quais, reflexivamente, alimentam a fragmentação e a pluralidades dos valores.

Por fim, pontuamos que o discurso autoritário e a visão moralista, que condena aquele que cometeu crimes, marcam o discurso da imprensa que, na sua produção da “verdade” também entra no coro de apontar as falhas e aprofundar, junto aos cidadãos, a crise de credibilidade das agências de controle. Entendemos que a violência deve ser interpretada como um fenômeno que vem sendo gestado no modelo de sociedade desigual e excludente em que vivemos, e a solução passa, necessariamente, pela transformação social e não apenas pela “punição de culpados”. Nesse sentido, os meios de comunicação, especialmente a televisão, a revista e o jornal, devem tornar-se veículos primordiais de divulgação e reflexão de novas representações sobre a violência, contribuindo para uma visão menos estigmatizante e estereotipada de nossos problemas sociais.

Referências Bibliográficas

- [1] ARBEX, José. **Showrnlismo, a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.
- [2] AUTHIER-REVUZ, Jackeline. Heterogeneidade(s) Enunciativa (s). Trad. Celene M. Cruz e João W. Geraldini. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, nº 19, p.25-42, 1990.
- [3] BRANDÃO, Helena N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1991.
- [4] FOUCAULT, Michel **A ordem do discurso**. 7. ed. Trad. Lara F. de A. Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- [5] _____. **Arqueologia do saber**. 6. ed. Trad. Luiz F. B. Neves. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- [6] FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo Dicionário Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira S./A., 1995.
- [7] GREGOLIN, Maria do Rosário V. A mídia e a espetacularização da cultura. In: GREGOLIN, M. R. V. (org.) **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. Coleção Olhares oblíquos. São Carlos: Claraluz, 2003, p. 9-20.
- [8] GUERRA, Vânia M. L. Discurso, representação e relações intersemióticas. **Estudos Linguísticos**, São Carlos, nº 35, p.1970-1980, 2006.
- [9] HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz T. da Silva e Guaciara L. Louro. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.
- [10] MINAYO, Maria Cecília S. Porque ter medo se o futuro é a morte? (prefácio). In: CRUZ NETO, Otávio & RASGA Marcelo, M.(orgs.) **Nem inocentes e nem heróis**, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002, p.3-10.
- [11] MORAES, Denis de. **Planeta Mídia: tendências da comunicação na era global**. Campo Grande: Letra livre, 1998.
- [12] ORLANDI, Eni P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- [13] PÊCHEUX, Michel Análise automática do discurso. In: F GADET e T. HAK (orgs.), **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1969.
- [14] _____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1975.
- [15] **Revista VEJA**, nº. 1, ano 40, de 10 de janeiro de 2007, edição nº.1990. Tiragem de 1.209.060 exemplares. São Paulo: Abril, p.45-54.

- [16] ROMÃO, Lucília M. S. **O litígio discursivo materializado no MST: a ferida aberta na nação**. 2002. 122 f. Tese (Doutorado em Lingüística), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.
- [17] ROMÃO, Lucília M. S.; PACÍFICO, Soraya Maria R. Moradores de rua falados e significados no/pelo discurso jornalístico. **Revista Rua**, Campinas, n 12, p.35-43, 2006.
- [18] RONDELLI, Elizabeth. Imagens da violência e práticas discursivas. In: PEREIRA, Carlos A. M. (org.) **Linguagens da violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p.152-160.
- [19] WASELFISZ, Júlio J. **Mapa da violência IV: os jovens do Brasil**. Brasília: Editora da UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Secretaria Estadual dos Direitos Humanos, 2004.

¹ Vânia Maria Lescano GUERRA, Doutora em Letras pela UNESP de Araraquara. (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Programa de Mestrado em Letras) vguerral@terra.com.br.